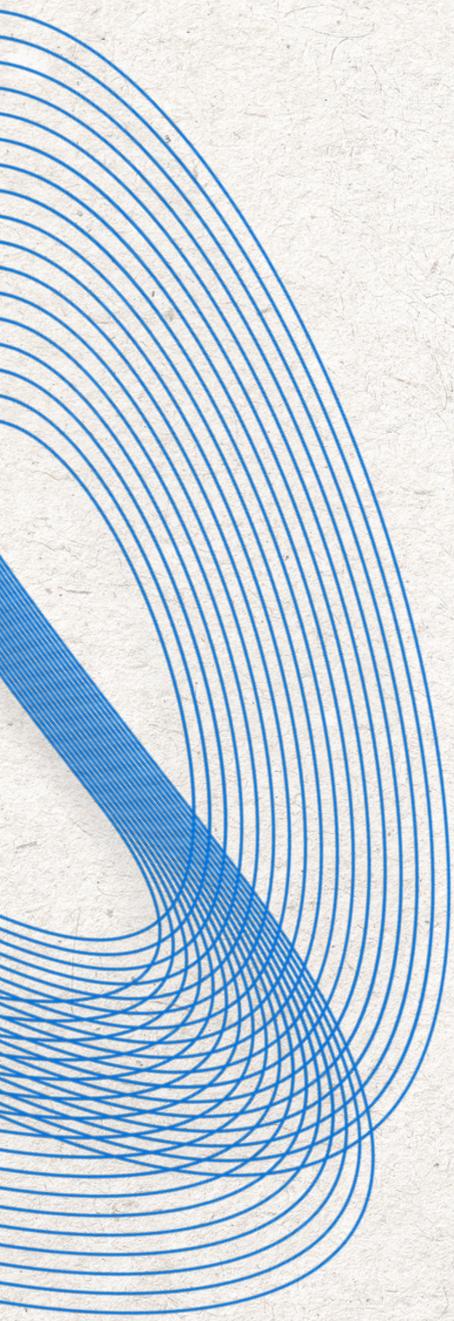




Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Trairão



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 - Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Trairão x RI Tapajós x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Trairão x RI Tapajós x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Trairão x RI Tapajós x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Trairão x RI Tapajós x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Trairão (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

A taxa de pobreza no município de Trairão manteve-se relativamente estável entre 2019 e 2021, variando ligeiramente de 45,2% em 2019 para 44,2% em 2020 e subindo a 45,3% em 2021. Contudo, em 2022 observa-se um salto expressivo para 62,1%, o que representa um aumento superior a 16 pontos percentuais em um único ano. Esse pico pode ser interpretado como reflexo direto de impactos econômicos e sociais da pandemia de COVID-19, associada à redução de políticas compensatórias nesse período. Em 2023, há uma redução importante, com a taxa recuando para 53,7%, mas ainda permanecendo em patamar superior ao período pré-pandêmico

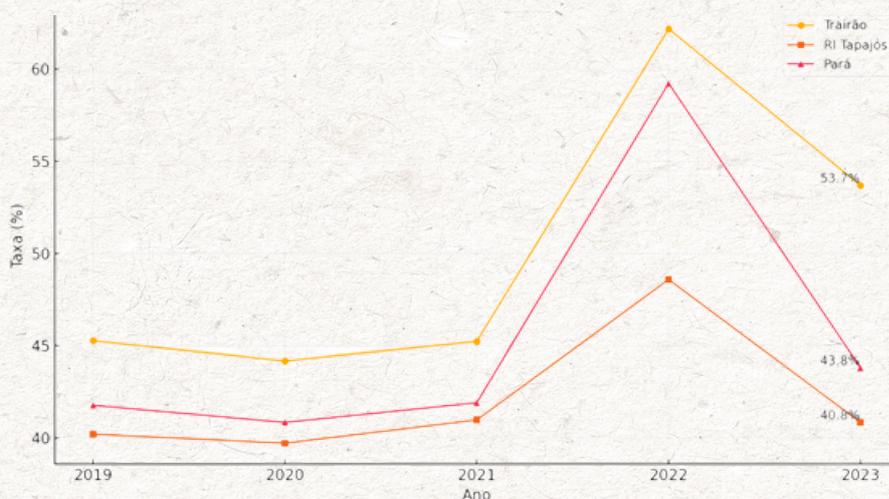
(Gráfico 1).

Na Região de Integração do Tapajós, o comportamento foi semelhante. A taxa saiu de 40,1% em 2019 e teve leve queda em 2020 (39,6%), antes de crescer para 41,2% em 2021 e saltar para 48,5% em 2022. Esse crescimento também pode ser atribuído a fatores estruturais agravados pela crise sanitária, como o aumento do desemprego e a informalidade. Em 2023, a taxa recua para 40,8%, praticamente retomando o patamar de 2019, o que pode indicar certa resiliência econômica regional, especialmente se comparada à variação mais intensa registrada no município de Trairão (Gráfico 1).



No estado do Pará, a evolução segue padrão semelhante, com a taxa decrescendo entre 2019 (41,7%) e 2020 (40,7%), voltando a crescer moderadamente em 2021 (42,1%). No entanto, o salto significativo ocorre em 2022, quando a taxa atinge 59,2%, evidenciando um impacto estadual severo da crise socioeconômica. Em 2023, há uma recuperação notável, com a taxa recuando para 43,8%, embora esse valor ainda seja superior ao registrado em 2019. O comportamento estadual acompanha os ciclos da política econômica nacional e regional, sugerindo a relevância de medidas de proteção social e de recuperação do mercado de trabalho formal nesse contexto (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 53,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

No município de Trairão, o percentual das despesas públicas destinado a serviços essenciais manteve-se estável em 64% nos anos de 2019 e 2020. Contudo, em 2021 houve uma queda para 61%, seguida de um crescimento significativo nos dois anos seguintes: 66,8% em 2022 e 69,5% em 2023. Essa trajetória indica uma retomada e fortalecimento do compromisso com áreas prioritárias, possivelmente em resposta aos desafios impostos pela pandemia e à necessidade de recompor investimentos em saúde, educação, assistência so-

cial e saneamento (Gráfico 2).

Na Região de Integração do Tapajós, observa-se um comportamento semelhante até 2021, com redução progressiva de 62,8% em 2019 para 58% em 2021. Esse período pode estar associado a uma compressão orçamentária ou redirecionamento de gastos. A partir de 2022, no entanto, a região começa a recuperar esse percentual, atingindo 60% e, em 2023, 63,5%, praticamente retomando os níveis de 2019. Essa recuperação pode refletir uma reorganização orçamentária e o reposicionamento estratégico das políti-

cas públicas voltadas à população mais vulnerável (Gráfico 2).

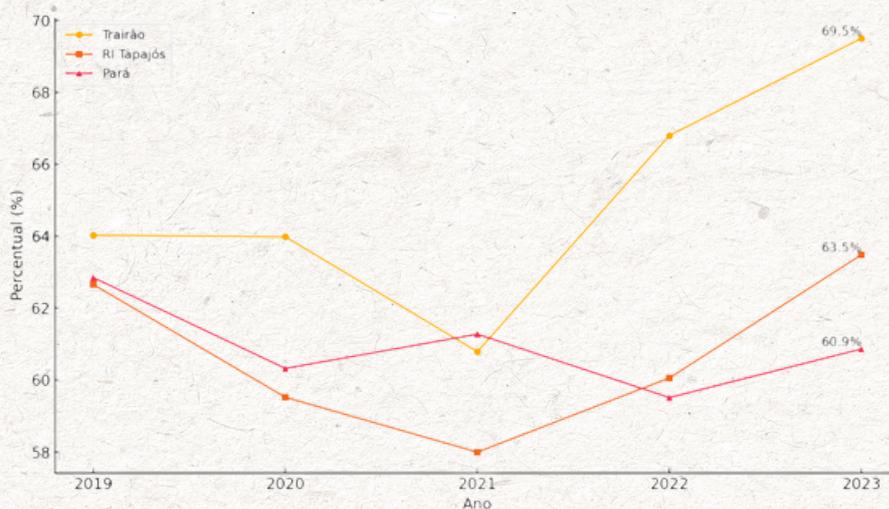
No estado do Pará, as despesas com serviços essenciais apresentaram uma leve oscilação, com queda inicial de 62,9% em 2019 para 60,4% em 2020, seguida de uma pequena recuperação para 61,3% em 2021. Em 2022, houve nova redução para 59,4%, antes de voltar a subir para 60,9% em 2023. A estabilidade relativa do indicador em nível estadual revela um esforço contínuo para manter investimentos em setores fundamentais, mesmo diante de restrições fiscais.



Entretanto, o ritmo de recuperação é mais lento em comparação ao observado no município de Trairão e na RI Tapajós, o que pode indicar disparidades regionais na capacidade de execução orçamentária (Gráfico 2).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 69,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

No município de Trairão, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer apresentou significativa oscilação ao longo do período analisado. Em 2019, o índice era de 7,3%, reduzindo para 5,6% em 2020, o que indicava uma melhoria nas condições de saúde materno-infantil naquele ano. No entanto, houve um expressivo aumento em 2021, alcançando o pico de 9,6%, o maior valor do período. Essa elevação pode estar relacionada à precarização dos serviços de saúde durante a pandemia, afetando o pré-natal e a nutrição das gestantes. Em 2023, observa-se uma queda acentuada para 4%, o menor valor da série, possivelmente reflexo da retomada dos serviços públicos e ações voltadas à saúde da mulher (Gráfico 3).

Na Região de Integração do Tapajós, o comportamento foi mais estável, iniciando com 6,7% em 2019 e apresentando leve queda até 2020 (6,3%). Em 2021, o índice sobe para 7,9% e, embora tenha havido uma pequena redução em 2022 (7,3%), volta a subir em 2023, alcançando 9%, o maior nível da série histórica para a região. Esses dados sugerem que, ao contrário de Trairão, a RI Tapajós ainda enfrenta dificuldades para reduzir os fatores associados ao nascimento de crianças com baixo peso, como carência nutricional e barreiras de acesso à atenção básica (Gráfico 3).

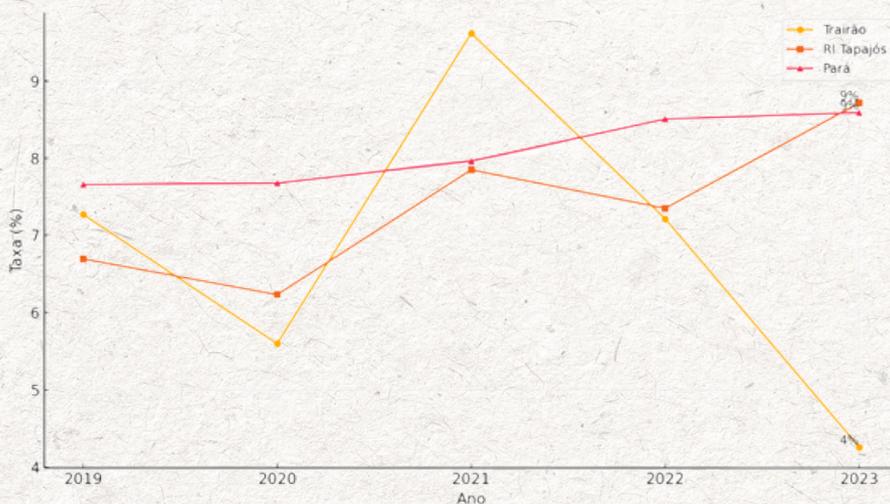
Já no estado do Pará, os níveis de prevalência se mantiveram elevados ao longo do período, com tendência de crescimento contínuo.

A taxa era de 7,6% em 2019, mantendo-se nesse patamar em 2020, mas subindo para 7,9% em 2021, 8,5% em 2022 e chegando a 9% em 2023.

Essa tendência ascendente pode indicar persistência de desigualdades regionais na cobertura e qualidade da assistência à gestante, especialmente nas regiões mais distantes dos centros urbanos. O comportamento do estado contrasta com o avanço verificado em Trairão em 2023, reforçando a importância de políticas localizadas de atenção primária em saúde (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Em Trairão, a produtividade agrícola apresentou trajetória crescente entre 2019 e 2021, passando de R\$ 9,1 mil/ha para um pico de R\$ 14,8 mil/ha em 2021. Esse avanço pode estar ligado ao investimento em tecnologias, ampliação de culturas de maior valor agregado ou boas condições climáticas e de mercado. No entanto, em 2022, houve recuo para R\$ 10,7 mil/ha, provavelmente em razão de fatores conjunturais como variações climáticas, aumento de custos de insumos ou oscilações de mercado. Em 2023, observa-se recuperação, com a produtividade atingindo R\$ 12,2 mil/ha, sinalizando retomada parcial do desempenho agrí-

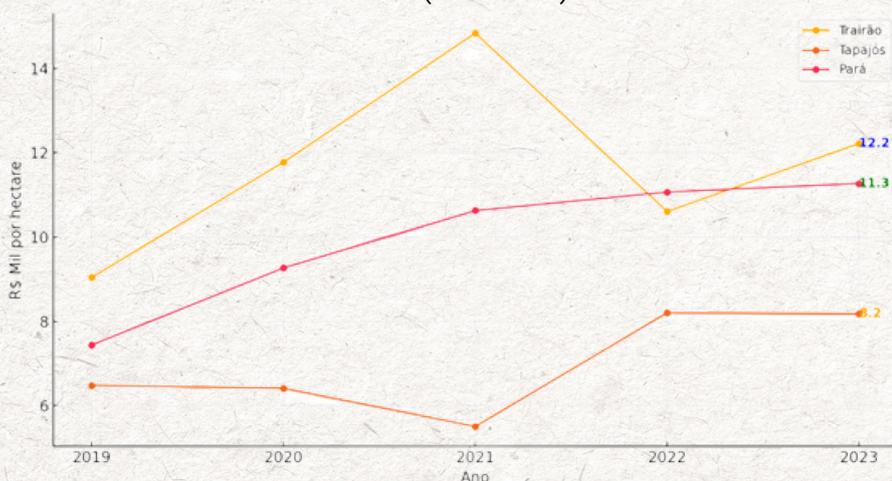
cola local (Gráfico 4).

A Região de Integração do Tapajós apresenta desempenho inferior ao de Trairão, embora tenha apresentado crescimento ao longo do período. A produtividade iniciou em R\$ 6,5 mil/ha em 2019, mantendo esse patamar em 2020. Em 2021, houve queda para R\$ 5,5 mil/ha, mas a região recupera-se em 2022, alcançando R\$ 8,2 mil/ha e mantendo esse valor em 2023. Essa estabilidade recente pode indicar consolidação de práticas produtivas mais eficientes, ainda que em patamar inferior ao observado no município de Trairão (Gráfico 4).

No estado do Pará, o indica-

dor revela crescimento contínuo e consistente ao longo da série histórica. Partindo de R\$ 7,4 mil/ha em 2019, a produtividade sobe ano a ano até alcançar R\$ 11,3 mil/ha em 2023. A tendência positiva indica um avanço no desempenho do setor agrícola paraense como um todo, possivelmente impulsionado por melhorias na infraestrutura rural, uso de tecnologia e maior integração dos produtores ao mercado. Ainda assim, observa-se que Trairão permanece acima da média estadual, destacando-se como um polo de produtividade agrícola no contexto regional (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 12,2 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

No município de Trairão, a taxa de mortalidade infantil apresentou forte oscilação ao longo do período analisado. Em 2019, a taxa era de 18,2 por mil nascidos vivos e caiu para 16,1 em 2020. No entanto, em 2021 houve um pico acentuado, alcançando 26,9 – o maior valor da série. Esse aumento pode refletir fragilidades nos serviços de saúde neonatal e pediátrica, especialmente em contexto de sobrecarga do sistema durante a pandemia. A partir de 2022, verifica-se uma queda importante para 20,5, com novo recuo expressivo em 2023, quando o indicador atinge 13,1, sinalizando possível recuperação e melhora na assistência materno-infantil (Gráfico 5).

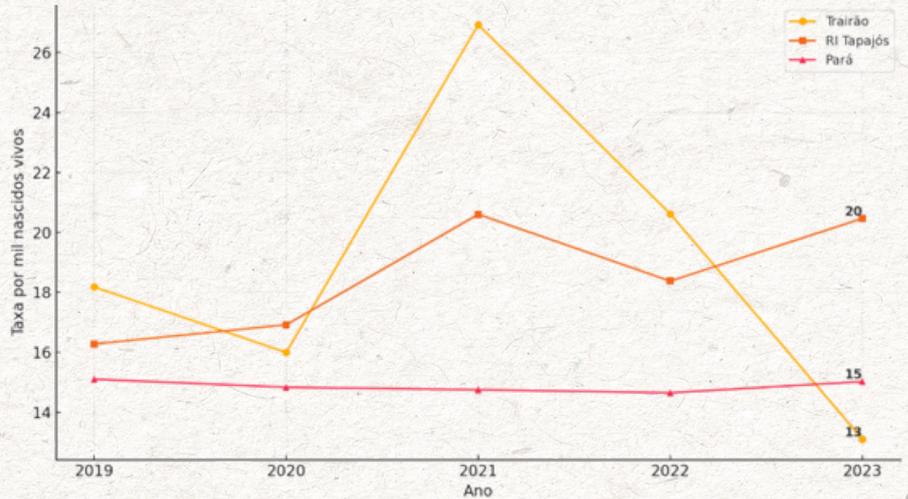
Na Região de Integração do Tapajós, a trajetória da taxa de mortalidade infantil também é crescente até 2021, saindo de 16,3 em 2019 para 20,6 nesse ano. Isso sugere um padrão regional de aumento das mortes infantis, possivelmente agravado por limitações estruturais no acesso à atenção básica e hospitalar. Em 2022, observa-se recuo para 18,4, mas o valor volta a crescer em 2023, chegando novamente aos 20 por mil nascidos vivos, o que indica persistência de desafios no enfrentamento da mortalidade infantil na região (Gráfico 5).





No estado do Pará, a taxa apresentou relativa estabilidade ao longo do período. Em 2019, era de 15,1, caindo levemente para 14,9 em 2020 e mantendo-se nesse patamar até 2022. Em 2023, há uma discreta elevação para 15,2, sinalizando um leve aumento, mas sem grandes oscilações. Essa estabilidade pode indicar um desempenho médio do estado em políticas públicas de saúde infantil, embora as variações nos níveis sub-regionais, como em Trairão, evidenciem desigualdades relevantes na distribuição e qualidade dos serviços de saúde (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

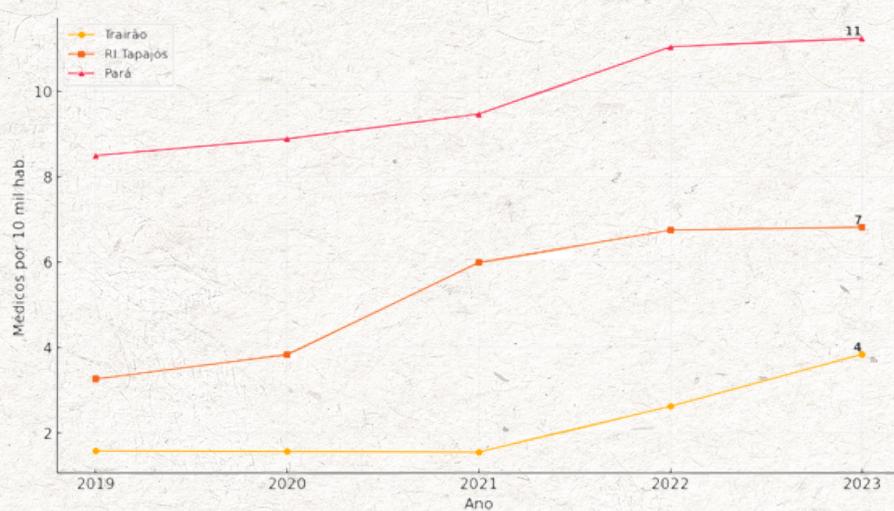
O município de Trairão apresentou uma evolução significativa no número de médicos por 10 mil habitantes entre 2019 e 2021, saindo de 3,8 para 9,0, o que representa mais do que o dobro da densidade médica. Esse crescimento está possivelmente associado a políticas de atração de profissionais, programas federais (como Médicos pelo Brasil) ou expansão da rede de saúde local. Contudo, em 2023 houve uma ligeira redução para 4,0, o que sinaliza um alerta para retenção desses profissionais (Gráfico 6).

Na RI Tapajós, a trajetória também foi ascendente, embora mais gradual. A densidade passou de 3,2 médicos por 10 mil habitantes em 2019 para 7,0 em 2023. O ritmo de crescimento menos acelerado que em Trairão evidencia as dificuldades históricas da região em fixar médicos, dada sua extensão territorial, desafios logísticos e possível ausência de centros formadores de profissionais de saúde (Gráfico 6).



No estado do Pará, o número de médicos por 10 mil habitantes foi o mais elevado entre os três níveis, iniciando em 8,5 em 2019 e atingindo 11,1 em 2023. Esse crescimento contínuo sinaliza esforços exitosos de ampliação da força de trabalho em saúde, sobretudo nas áreas urbanas de maior porte, como Belém e Santarém. O contraste entre o dado estadual e os valores de Trairão e da RI Tapajós reforça a desigualdade territorial no acesso a médicos no estado (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

No município de Trairão, o número de vagas no ensino público por mil habitantes apresentou inicialmente uma tendência de queda, passando de 201,4 em 2019 para 190,2 em 2020. A partir de 2021, esse indicador iniciou trajetória ascendente, com leve aumento para 193,6 e um salto expressivo em 2022, quando atingiu 255,3 vagas por mil habitantes. Em 2023, observa-se uma leve redução para 246, mas ainda se mantendo em patamar superior ao período anterior à pandemia. Esse comportamento sugere expansão significativa da oferta educacional, possivelmente associada à criação de novas unidades escolares, ampliação de turmas ou reestruturação da rede de ensino no contexto da recuperação pós-pandêmica (Gráfico 7).

Na Região de Integração do Tapajós, o indicador apresentou trajetória mais estável e progressiva. A quantidade de vagas por mil habitantes subiu de 212,4 em 2019 para 214,2 em 2020, alcançando 218,9 em 2021 e 230,8 em 2022. Em 2023, entretanto, houve recuo para 210,6, retornando ao nível observado no início do período. Esse comportamento indica que, embora tenha havido ampliação da capacidade educacional regional durante os anos críticos da pandemia, o ritmo de crescimento não foi sustentado posteriormente, o que pode estar relacionado a restrições orçamentárias ou reorganizações da rede de ensino (Gráfico 7).

Na Região de Integração do Tapajós, o indicador apresentou trajetória mais estável e

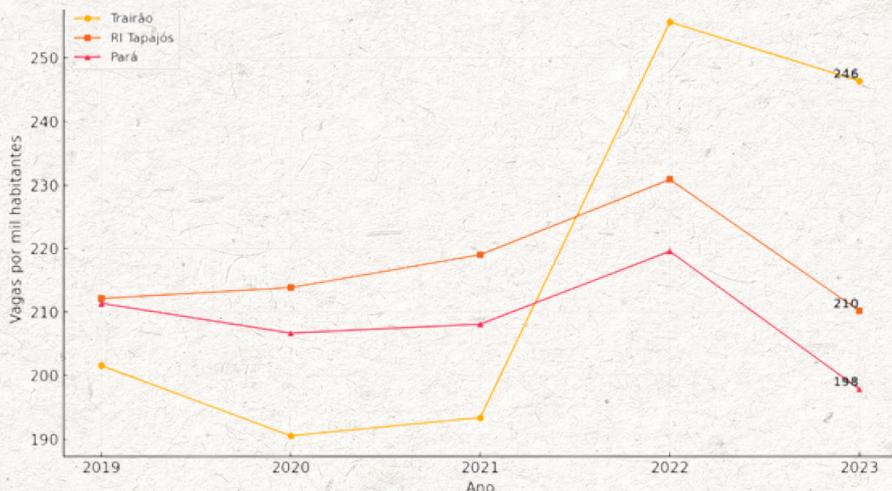


progressiva. A quantidade de vagas por mil habitantes subiu de 212,4 em 2019 para 214,2 em 2020, alcançando 218,9 em 2021 e 230,8 em 2022. Em 2023, entretanto, houve recuo para 210,6, retornando ao nível observado no início do período. Esse comportamento indica que, embora tenha havido ampliação da capacidade educacional regional durante os anos críticos da pandemia, o ritmo de crescimento não foi sustentado posteriormente, o que pode estar relacionado a restrições orçamentárias ou reorganizações da rede de ensino (Gráfico 7).



Essa queda recente pode refletir efeitos do ajuste fiscal, diminuição da demanda em algumas regiões ou dificuldades em manter a expansão da oferta após o período mais crítico da pandemia. Ainda assim, a curva geral revela uma tentativa de recuperação após os impactos iniciais da crise sanitária (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 246 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Em Trairão, o percentual de escolas com acesso à internet iniciou em um patamar muito baixo, com apenas 22,8% em 2019. Em 2020, houve leve aumento para 27,4%, mas essa taxa caiu em 2021 para 18,2%, refletindo possíveis dificuldades logísticas e orçamentárias no contexto da pandemia. Nos dois anos seguintes, o indicador voltou a crescer, chegando a 19,1% em 2022 e avançando para 31,8% em 2023. Apesar do progresso recente, o município ainda apresenta desempenho muito inferior ao das demais regiões, o que limita a integração tecnológica na educação e a adoção de modalidades híbridas de ensino (Gráfico 8).

Na Região de Integração do Tapajós, o indicador mostrou

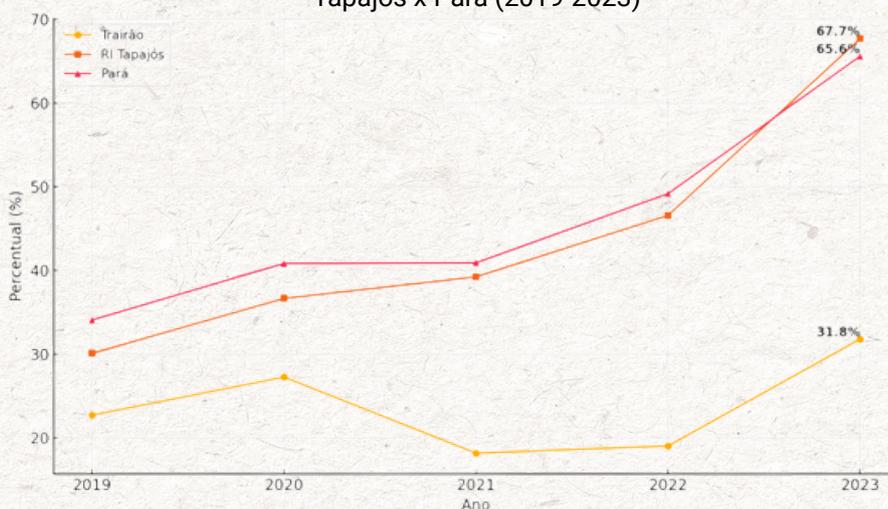
trajetória de crescimento constante e mais robusta. Em 2019, apenas 30,1% das escolas tinham acesso à internet, mas esse valor subiu para 36,6% em 2020, 39,1% em 2021 e 46,6% em 2022. Em 2023, a taxa deu um salto significativo para 67,7%, indicando possível investimento público ou parcerias voltadas à digitalização das escolas. O desempenho da RI Tapajós mostra um avanço expressivo no período recente, colocando-a em patamar próximo ao estadual, o que pode favorecer a equidade digital e o desenvolvimento de competências tecnológicas na educação básica (Gráfico 8).

No estado do Pará, o percentual de escolas com acesso à internet também apresenta

crescimento contínuo. Iniciando com 34,2% em 2019, o indicador subiu para 40,9% em 2020 e manteve-se estável em 2021. Em 2022, subiu para 48,8% e em 2023 atingiu 65,6%, evidenciando um esforço consistente para ampliar o acesso digital nas instituições de ensino. O crescimento mais acentuado entre 2022 e 2023 pode ter sido impulsionado por políticas estaduais de conectividade escolar, programas federais de inclusão digital ou apoio à retomada educacional no pós-pandemia. O avanço estadual, no entanto, ainda contrasta com as carências observadas em municípios como Trairão (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 31,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



No município de Trairão, os casos de violência contra a mulher cometidos por parceiros apresentaram estabilidade entre 2019 e 2020, com 9,7 casos por 100 mil habitantes em ambos os anos. Em 2021, houve queda expressiva para 6,4, o que pode refletir subnotificação ou redução no acesso aos canais de denúncia durante o período crítico da pandemia. A partir de 2022, verifica-se uma alta significativa para 21 casos, seguido de novo aumento em 2023, atingindo 23 casos por 100 mil habitantes – mais que o triplo do valor registrado em 2021. Isso sugere ou um agravamento das violências ou a melhora nos mecanismos de registro e denúncia (Gráfico 9).

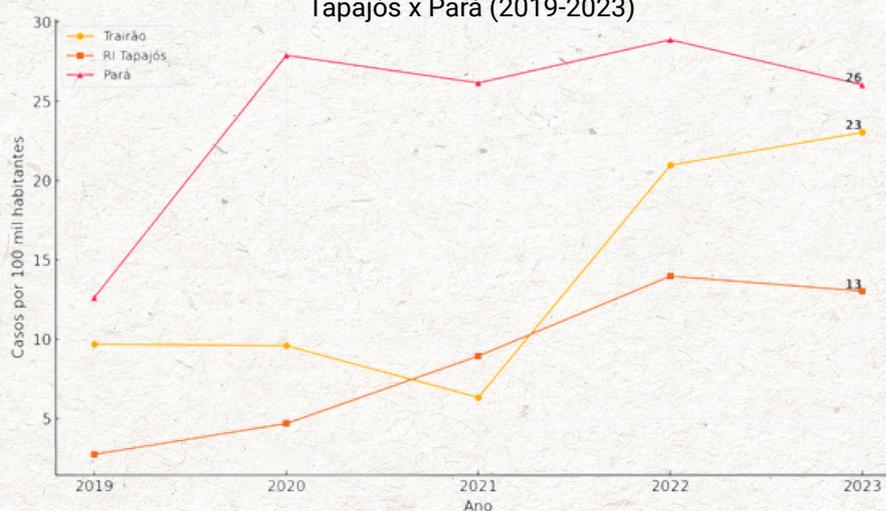


Na Região de Integração do Tapajós, o indicador iniciou em 2,7 casos por 100 mil habitantes em 2019, subindo gradualmente para 4,6 em 2020 e 8,8 em 2021. Em 2022, houve nova elevação para 13,9 casos, com uma leve queda em 2023, chegando a 13. Apesar da redução recente, o crescimento acumulado evidencia maior visibilidade da violência doméstica e possíveis avanços na articulação de redes de proteção às vítimas, ainda que o número continue inferior aos registros do estado como um todo (Gráfico 9).

No estado do Pará, o cenário é mais crítico, com crescimento expressivo entre 2019 e 2020 – de 12,6 para 27,9 casos por 100 mil habitantes. A taxa caiu para 26,3 em 2021, voltou a crescer para 29,1 em 2022 e, finalmente, reduziu-se para 26 em 2023. O patamar elevado, mesmo com oscilações, aponta para a persistência da violência de gênero como um problema estrutural no estado. A variação ao longo dos anos pode refletir tanto mudanças no comportamento de denúncia quanto intervenções pontuais de políticas públicas (Gráfico 9).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 23 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

No município de Trairão, a participação feminina em cargos gerenciais começou em 40% em 2019, caindo para 36,2% em 2020. Essa queda pode refletir retrocessos no mercado de trabalho em contextos de crise, como a pandemia, que afetou desproporcionalmente as mulheres. A partir de 2021, o indicador volta a crescer, atingindo 37,6% e, em 2022, sobe para 41,5%, o maior patamar da série. Contudo, em 2023 há novo recuo para 39,7%, o que sugere desafios na consolidação de políticas de equidade de gênero no mercado formal local (Gráfico 10).



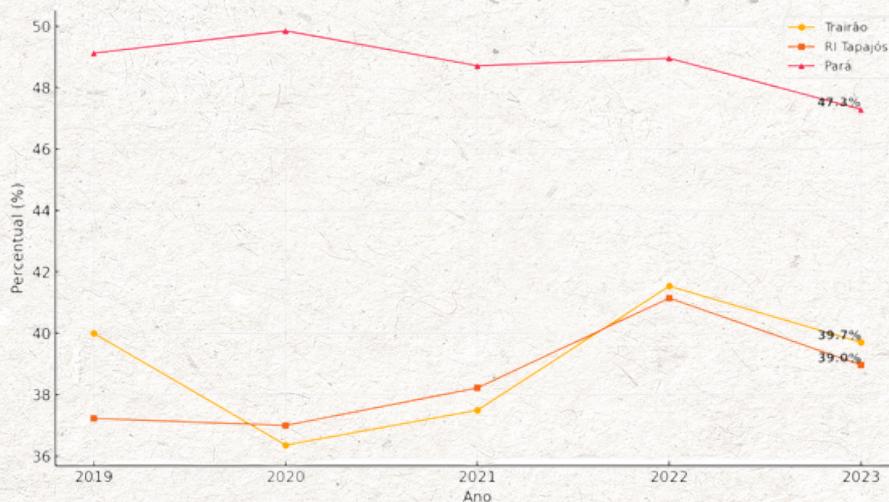


Na Região de Integração do Tapajós, o percentual se manteve abaixo do município de Trairão no início da série, com 37,4% em 2019 e leve queda para 36,9% em 2020. Em 2021, há retomada para 38,3%, subindo para 41,1% em 2022, antes de cair levemente para 39% em 2023. A evolução mostra tendência de fortalecimento da presença feminina em posições de liderança, embora com oscilações que indicam vulnerabilidade a crises econômicas e sociais (Gráfico 10).

No estado do Pará, o percentual de mulheres em cargos gerenciais é consideravelmente mais alto em toda a série histó-

rica, partindo de 49% em 2019, crescendo para 49,8% em 2020 e mantendo-se próximo desse patamar até 2022. Em 2023, há uma pequena redução para 47,3%, ainda assim acima da média nacional e dos demais níveis territoriais. Esse dado revela um desempenho positivo no estado como um todo, o que pode estar associado a políticas públicas e maior presença de setores econômicos com participação feminina mais expressiva, embora persistam desigualdades importantes em regiões menos urbanizadas (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 39,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6

ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Na Região de Integração do Tapajós, os números também revelam um desempenho limitado, mas levemente superior ao do município de Trairão. O percentual inicia em 0,5% em 2019 e sobe gradualmente até atingir 0,8% em 2023. Embora a variação seja modesta, aponta para algum avanço, provavelmente ligado a projetos pontuais de extensão da rede de esgotamento sanitário, ainda que insuficientes para enfrentar o passivo estrutural existente. A baixa cobertura indica que grande parte da popu-

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

No município de Trairão, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto manteve-se extremamente baixo e praticamente inalterado durante o período analisado. A taxa começou em cerca de 0,3% em 2019 e oscilou levemente até alcançar apenas 0,3% em 2023. Esse cenário evidencia uma estagnação crítica na expansão da infraestrutura de saneamento para a população mais vulnerável, indicando ausência de políticas efetivas de inclusão sanitária no município ao longo dos últimos cinco anos (Gráfico 11).

lação de baixa renda da RI continua desassistida (Gráfico 11).

Já no estado do Pará, o indicador apresenta trajetória mais positiva. O percentual da população de baixa renda com coleta de esgoto cresceu de 7% em 2019 para 11,5% em 2023. Esse avanço, embora ainda insuficiente diante da magnitude das necessidades sociais, sugere maior efetividade das políticas estaduais de saneamento nos grandes centros urbanos e regiões com maior densidade populacional.

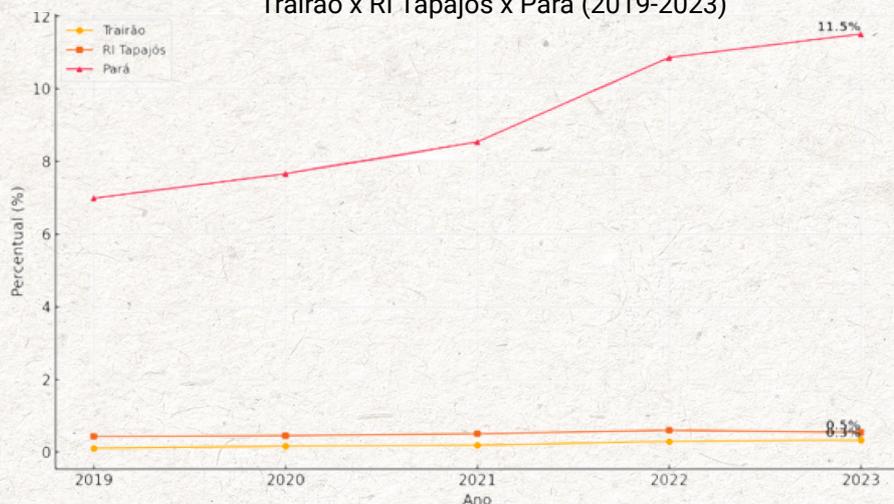
Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.



A diferença em relação aos níveis local e regional aponta para desigualdades territoriais significativas na cobertura dos serviços de esgotamento sanitários (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em Trairão, os gastos municipais per capita com saneamento básico mantiveram-se baixos durante todo o período analisado. Em 2019, o valor era de aproximadamente R\$ 2,3 por habitante, subindo para R\$ 6,8 em 2020, com pequena retração nos dois anos seguintes (R\$ 5,3 em 2021 e R\$ 4,9 em 2022). Em 2023, houve queda expressiva para apenas R\$ 1 por habitante, representando um retrocesso nos investimentos da gestão local. Esse declínio reforça a dificuldade do município em estruturar uma política contínua e eficaz de saneamento, sobretudo para populações mais vulneráveis (Gráfico 12).

Na Região de Integração do Tapajós, os gastos per capita foram mais elevados que em Trairão, começando em R\$ 19,1 em 2019 e crescendo pa-

ra R\$ 25 em 2020. Em 2021, houve salto para R\$ 43,6, seguido de pequena retração nos dois anos seguintes, fechando em R\$ 44 em 2023. Apesar da oscilação, o patamar médio de investimento é consideravelmente mais alto que no município, o que pode indicar maior capacidade institucional e orçamentária dos demais municípios da região para implementar ações de saneamento (Gráfico 12).

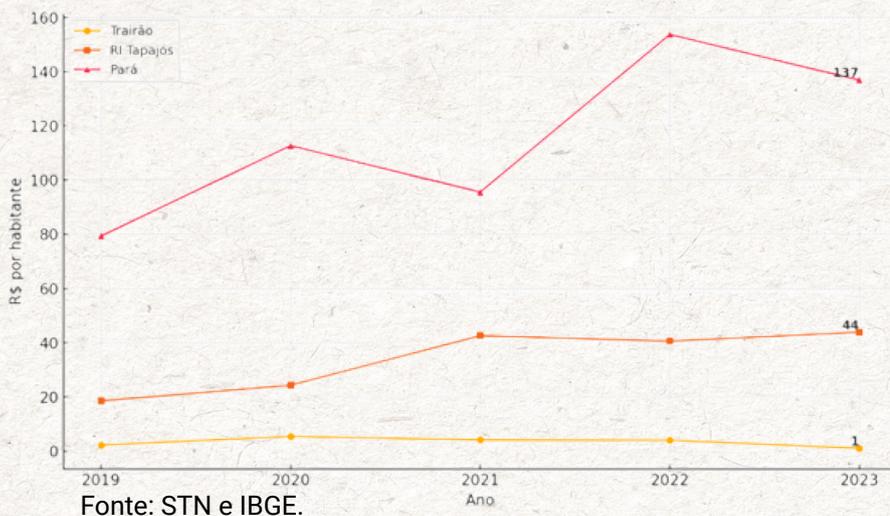
No estado do Pará, os gastos com saneamento básico per capita mostram tendência de crescimento ao longo do período, iniciando em R\$ 79,6 em 2019 e atingindo um pico de R\$ 153,2 em 2022. Em 2023, mesmo com uma leve redução para R\$ 137, o valor continua muito acima da média municipal e regional. Essa trajetória sugere que o estado tem prio-

rizado investimentos em saneamento, embora ainda haja grandes disparidades na aplicação desses recursos entre os diferentes territórios. O contraste com trairão evidencia a necessidade de estratégias de descentralização e apoio técnico-financeiro para municípios menores (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Em Trairão, o consumo de energia elétrica per capita apresentou crescimento contínuo entre 2019 e 2023, partindo de 502 kWh/hab. em 2019 para 897 kWh/hab. em 2023. Essa elevação expressiva pode estar associada à maior eletrificação domiciliar, expansão de atividades econômicas, aumento da posse de eletrodomésticos e melhoria no acesso à infraestrutura urbana. O salto mais significativo ocorre entre 2021 e 2022, indicando possível impacto de políticas públicas ou investimentos na rede de distribuição elétrica local (Gráfico 13).

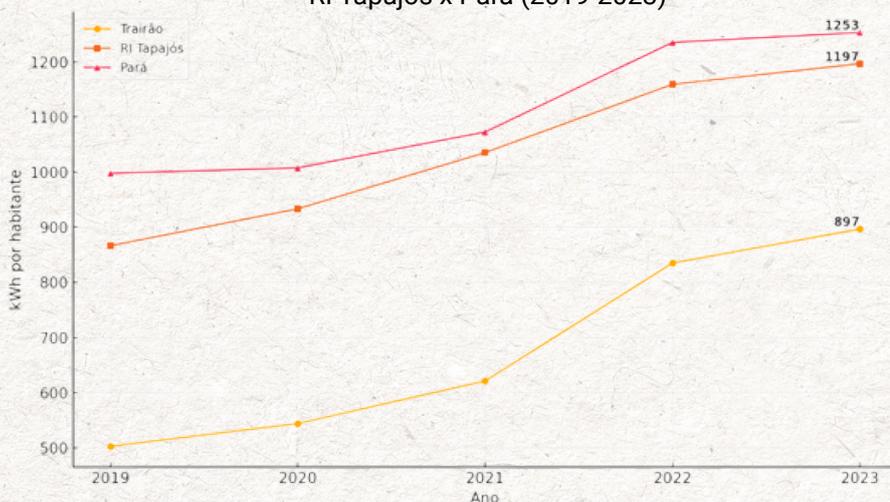


Na Região de Integração do Tapajós, o indicador também cresce de forma constante, com valores significativamente superiores aos do município. A série inicia em 869 kWh/hab. em 2019, alcançando 1.197 kWh/hab. em 2023. O ritmo de crescimento mostra um padrão de urbanização e consumo mais consolidado na região, com destaque para o incremento entre 2021 e 2022. A tendência reflete avanços na inclusão energética, especialmente em áreas rurais e de baixa renda, que passam a demandar maior fornecimento contínuo e de qualidade (Gráfico 13).

No estado do Pará, o consumo elétrico

per capita parte de um patamar ainda mais alto, com 999 kWh/hab. em 2019, atingindo 1.253 kWh/hab. em 2023. O crescimento é consistente ao longo da série, com destaque para o aumento acentuado entre 2021 e 2022, o que pode estar vinculado à retomada econômica pós-pandemia e expansão da rede nos municípios interioranos. A posição do estado como consumidor mais intensivo, quando comparado a Trairão e à RI Tapajós, pode também refletir a concentração de atividades produtivas e urbanas de maior intensidade energética em regiões metropolitanas (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que Ose refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 897 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

O município de Trairão apresentou uma trajetória contínua de redução no uso de iluminação de origem fóssil entre 2019 e 2023, passando de 4,6% para 2,9% dos domicílios de baixa renda. Esse declínio representa um avanço importante na inclusão elétrica dessa população, ainda que persistam desafios na erradicação completa dessa forma precária de iluminação. A queda mais significativa ocorreu entre 2021 e 2022, possivelmente refletindo programas de expansão da rede elétrica ou ações sociais específicas (Gráfico 14).



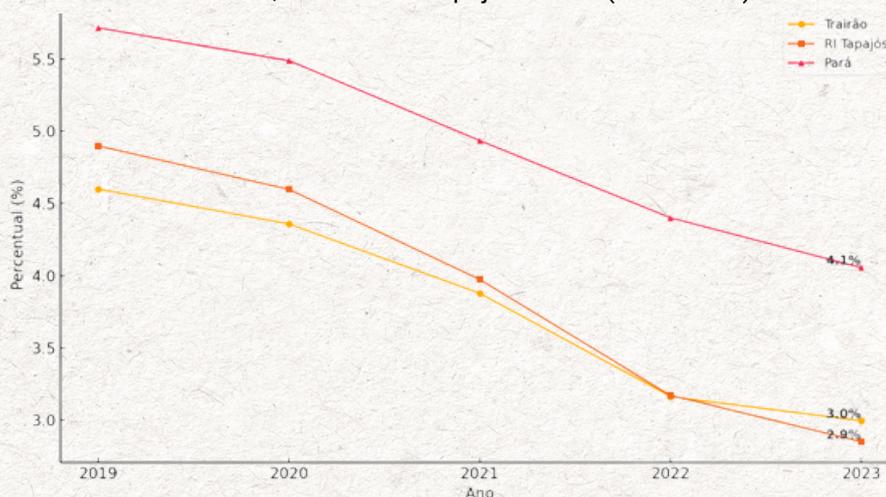
Na Região de Integração do Tapajós, o comportamento foi semelhante, iniciando com 4,9% em 2019 e caindo para 3,0% em 2023. A redução gradativa demonstra progresso regional na substituição de fontes fósseis por energia elétrica regular, especialmente relevante para a melhoria das condições de vida e segurança das famílias de baixa renda. Assim como em Trairão, observa-se uma queda mais acentuada entre 2021 e 2022, indicando alinhamento entre políticas públicas regionais e locais no combate à exclusão energética (Gráfico 14).

No estado do Pará, a proporção de domicílios de baixa ren-

da com iluminação fóssil também apresenta queda, mas em patamar mais elevado que nos demais níveis. Em 2019, 5,7% dos domicílios se encontravam nessa condição, número que caiu para 4,1% em 2023. Apesar da melhora, a diferença em relação a Trairão e à RI Tapajós aponta que ainda existem bolsões de pobreza energética concentrados em áreas isoladas ou com baixa cobertura da rede elétrica. A continuidade da tendência de redução depende da ampliação de programas de eletrificação rural e ações voltadas à infraestrutura em comunidades vulneráveis (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Entre 2019 e 2021, o município de Trairão apresentou queda gradual no número de empregos formais por mil habitantes, saindo de 51,0 para 46,6. Esse comportamento pode estar relacionado à baixa diversificação econômica local e aos efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho formal, que afetaram especialmente municípios menores com menor dinamismo setorial. No entanto, em 2022, verifica-se uma recuperação significativa, com o indicador subindo para 78,1, sinalizando uma retomada das contratações formais. Em 2023, houve uma leve retração para 72, o que ainda representa um ganho em relação ao período pré-pandêmico (Gráfico 15).

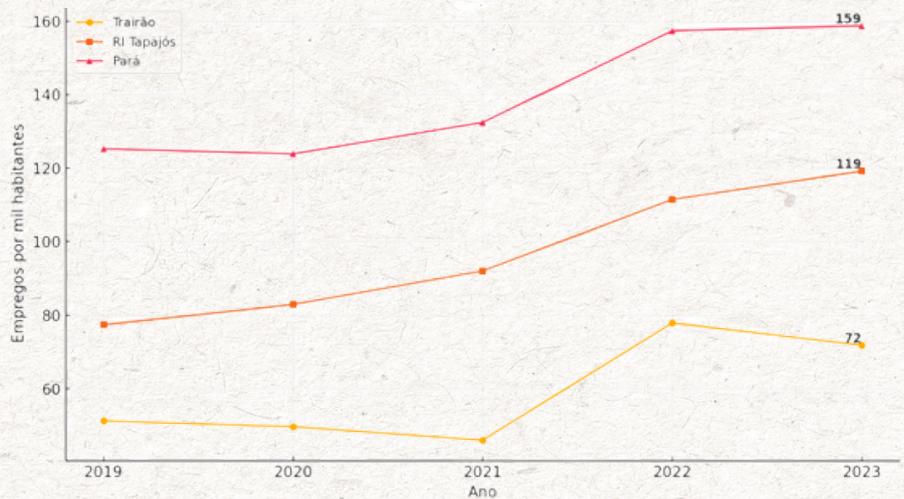
Empregos Formais por Mil Habitantes

Na Região de Integração do Tapajós, o desempenho foi mais estável e positivo. O indicador partiu de 77,3 em 2019 e cresceu de forma consistente até 2023, quando atingiu 119 empregos formais por mil habitantes. A aceleração entre 2021 e 2022 – de 92,5 para 112,3 – coincide com a fase de reabertura econômica no pós-pandemia e pode refletir o fortalecimento de setores como comércio, serviços públicos e atividades extrativistas. A trajetória regional demonstra maior resiliência e capacidade de gerar empregos formais em comparação ao município de Trairão (Gráfico 15).



Em nível estadual, o Pará manteve uma média mais elevada durante todo o período, partindo de 125,3 empregos por mil habitantes em 2019 e alcançando 159 em 2023. O crescimento expressivo a partir de 2021 destaca a recuperação econômica em escala estadual, com provável influência de investimentos públicos e privados em infraestrutura, agronegócio e indústria. Esse desempenho superior evidencia desigualdades territoriais no acesso ao emprego formal, favorecendo áreas mais urbanizadas ou economicamente integradas, em detrimento de municípios como Trairão, que ainda enfrentam desafios estruturais para a inclusão produtiva formal (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 72 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita



No município de Trairão, o PIB per capita apresentou uma trajetória inicialmente decrescente, saindo de R\$ 15.637 em 2018 para R\$ 14.374 em 2020, o que sugere um encolhimento relativo da economia local ou crescimento populacional acima da geração de riqueza no período. A partir de 2021, observa-se uma recuperação expressiva, com o indicador subindo para R\$ 19.437 em 2022. Esse crescimento recente pode estar relacionado a retomadas produtivas pós-pandemia, especialmente em setores como agricultura, serviços

e administração pública, que têm grande peso nas economias de pequenos municípios (Gráfico 16).

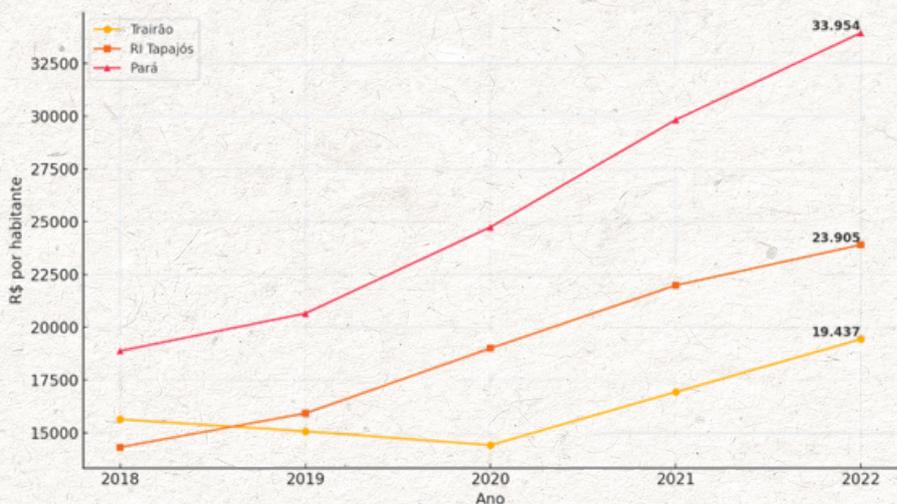
Na Região de Integração do Tapajós, o comportamento foi mais positivo e consistente.

O PIB per capita cresceu de R\$ 14.189 em 2018 para R\$ 23.905 em 2022, demonstrando uma expansão econômica significativa ao longo do período. Esse avanço pode refletir a intensificação de atividades como mineração, agronegócio e comércio regional, além de possíveis ganhos de produtividade e aumento dos investimentos públicos e privados. A evolução indica que a região como um todo conseguiu melhorar suas condições econômicas de forma mais estruturada do que o município de Trairão isoladamente (Gráfico 16).



Já no estado do Pará, o crescimento do PIB per capita foi ainda mais expressivo, partindo de R\$ 18.920 em 2018 e alcançando R\$ 33.954 em 2022. A forte elevação pode ser atribuída à dinâmica das commodities minerais e à concentração de investimentos em polos produtivos estratégicos. O comportamento estadual mostra um ciclo de crescimento econômico robusto, embora desigual, já que municípios como Trairão ainda permanecem bem abaixo da média estadual, o que evidencia disparidades territoriais importantes (Gráfico 16).

Gráfico 16 - PIB per capita, Trairão x RI Tapajós x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 19.437/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



O município de Trairão apresentou uma participação muito baixa da indústria na composição do PIB ao longo de todo o período, com tendência de queda. O valor partiu de 5% em 2018 e caiu para apenas 3,4% em 2022, sinalizando a baixa diversificação produtiva local e a predominância de setores como serviços e administração pública. Esse cenário revela fragilidade industrial e aponta a necessidade de políticas de fomento à produção local e incentivo à agregação de valor à cadeia produtiva regional (Gráfico 17).

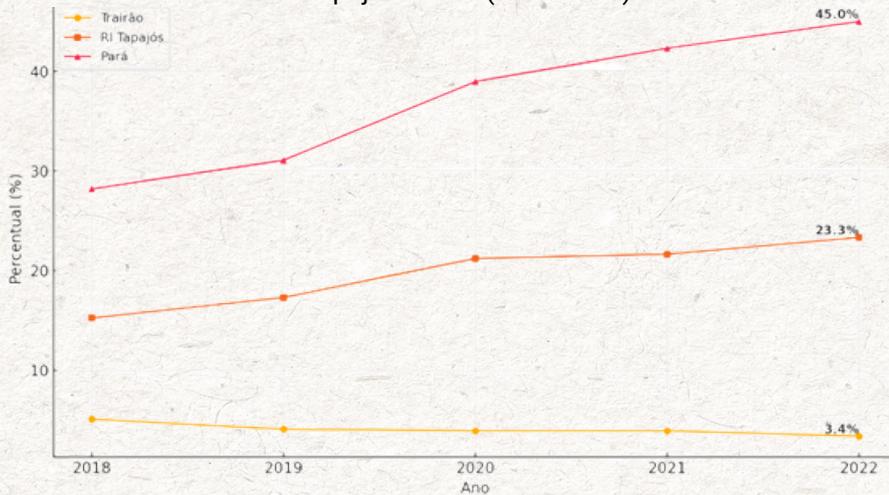
Na Região de Integração do Tapajós, a indústria teve participação mais relevante, crescendo de 15,3% em 2018 para 23,3% em 2022. Essa elevação progressiva indica o fortalecimento da atividade industrial regional, possivelmente ligada à indústria extrativa, de transformação e agroindústria. A ampliação do valor adicionado industrial representa maior capacidade de geração de emprego e renda, além de contribuir para o aumento do PIB regional, conforme demonstrado no gráfico anterior (Gráfico 17). No estado do Pará, o setor

industrial tem papel ainda mais central, com sua participação no PIB passando de 28,3% em 2018 para 45% em 2022. Esse crescimento expressivo revela o peso das grandes operações de mineração, metalurgia e energia na estrutura econômica estadual. A concentração industrial em polos estratégicos reforça o papel do estado como exportador de commodities, mas também evidencia assimetrias internas, com municípios como Trairão à margem do processo de industrialização (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Trairão x RI Tapajós x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Trairão manteve uma taxa relativamente estável de profissionais da ciência por 100 mil habitantes, variando de 11,2 em 2019 para 11,0 em 2023. Apesar da queda observada em 2021, quando o indicador chegou a 8,8 – o menor valor da série – houve recuperação nos dois anos seguintes. No entanto, a estagnação em patamares baixos ao longo do



período revela limitações estruturais no fomento à ciência e tecnologia no município, possivelmente por falta de instituições de pesquisa, baixa demanda especializada ou escassez de incentivos à fixação desses profissionais (Gráfico 18).

Na Região de Integração do Tapajós, o comportamento foi

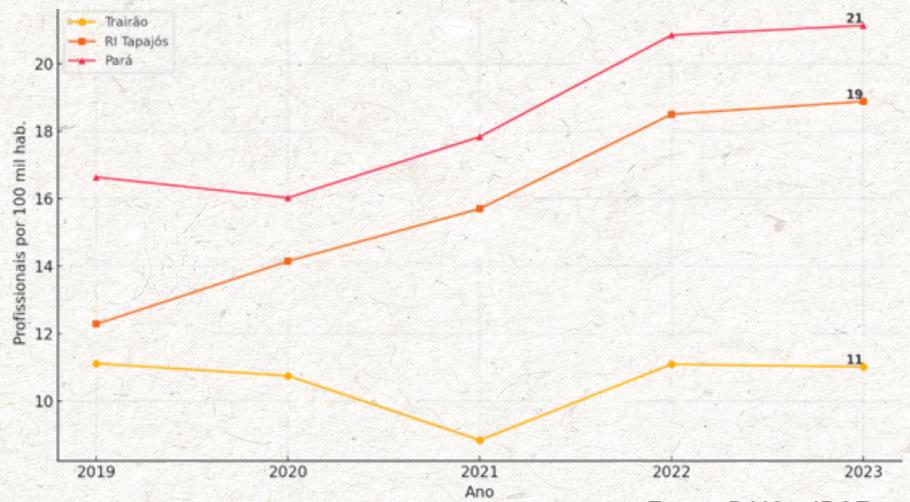
mais dinâmico e positivo. O indicador partiu de 12,3 em 2019 e avançou progressivamente até atingir 19,0 profissionais por 100 mil habitantes em 2023. Esse crescimento consistente sugere um ambiente regional mais favorável à inserção de profissionais da ciência, possivelmente devido à presença de universidades públicas, institutos federais ou programas de pesquisa científica e inovação em polos regionais urbanos. O salto mais expressivo ocorreu entre 2021 e 2022, indicando uma retomada ou fortalecimento das atividades de ciência e tecnologia no contexto pós-pandêmico (Gráfico 18).





No estado do Pará, a evolução também foi significativa, com o número de profissionais da ciência passando de 16,6 em 2019 para 21,0 em 2023. Após uma leve queda entre 2019 e 2020, o indicador teve crescimento contínuo, sobretudo entre 2021 e 2022. Esse desempenho reflete o fortalecimento da política estadual de apoio à ciência, possivelmente associado ao papel de instituições como a FAPESPA e universidades estaduais e federais. Ainda que os avanços sejam claros em nível estadual e regional, a persistente defasagem de municípios como Trairão evidencia desigualdades territoriais no acesso à infraestrutura científica e tecnológica (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles





Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2022, o município de Trairão apresentou leve oscilação na participação da massa salarial dos vínculos formais em relação ao PIB. Em 2019, o indicador era de 0,85%, subindo ligeiramente para 0,87% em 2020, o que pode refletir uma manutenção da atividade formal mesmo diante da pandemia. No entanto, em 2021 ocorre queda para 0,68%, sinalizando retração no peso dos salários formais frente à economia local. Em 2022, verifica-se uma recuperação importante, com o percentual atingindo 1,0%, indicando maior dinamismo do mercado formal ou reajustes salariais (Gráfico 19).

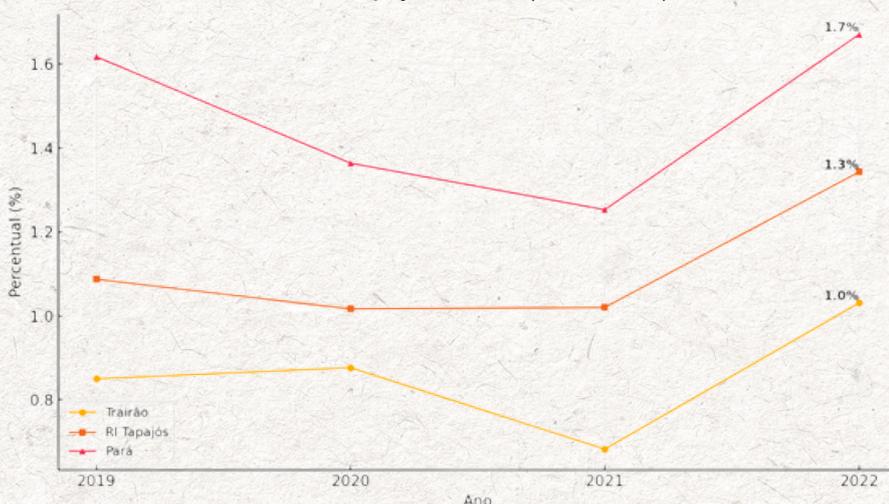
Na Região de Integração do

Tapajós, o comportamento foi relativamente mais estável, com valores superiores aos do município. A massa salarial formal representava 1,09% do PIB em 2019, recuando para 1,02% em 2020 e mantendo esse patamar em 2021. Já em 2022, o indicador avançou para 1,3%, refletindo uma recuperação mais robusta da renda formal frente à economia regional. Esse resultado sugere maior estruturação do mercado de trabalho formal na região e possível crescimento de setores que oferecem vínculos com melhores remunerações (Gráfico 19).

Em nível estadual, o Pará apresentou os maiores percentuais durante todo o período

analisado. A massa salarial dos vínculos formais representava 1,62% do PIB em 2019, caindo gradualmente até 1,26% em 2021. Em 2022, o indicador cresceu novamente, atingindo 1,7%, o maior valor da série. Essa trajetória indica uma retomada forte da formalização e da renda no estado, podendo estar associada à recuperação econômica pós-pandemia e ao fortalecimento de setores com maior capacidade de geração de empregos formais, como indústria, comércio e serviços públicos. O contraste com Trairão evidencia, mais uma vez, disparidades territoriais no acesso a empregos formais e à valorização do trabalho (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

Em Trairão, o acesso à telefonia móvel apresentou crescimento expressivo entre 2019 e 2022, saindo de 30 para 61 linhas por 100 habitantes, o que indica avanços relevantes na cobertura e acesso à conectividade básica no município. Esse aumento pode ser reflexo de investimentos em infraestrutura de telecomunicações, ampliação da cobertura de sinal e maior acessibilidade de planos móveis. No entanto, em 2023 houve uma leve retração, com o indicador caindo para 57, o que pode sinalizar perda de linhas ativas ou substituição por outros meios de comunicação, como internet fixa ou aplicativos VoIP (Gráfico 20).

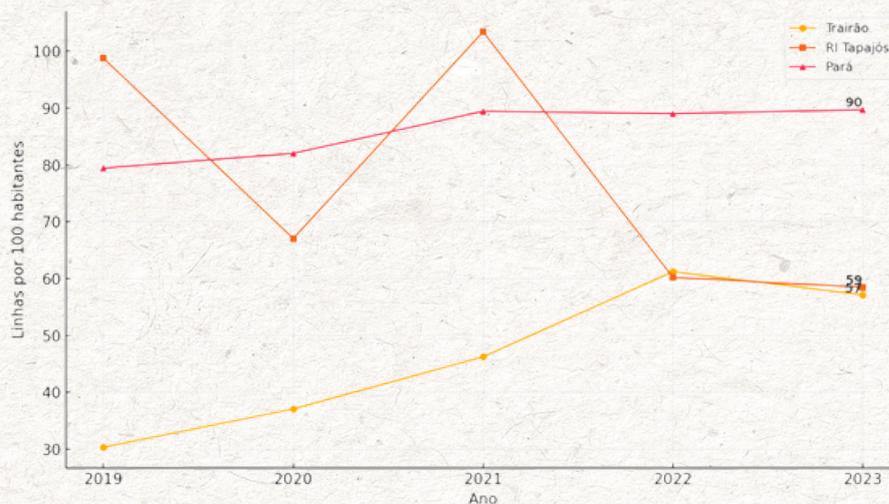
Na Região de Integração do Tapajós, o comportamento foi mais volátil. O indicador iniciou em 99,1 em 2019, sofreu forte queda em 2020 (67,4), voltou a subir significativamente em 2021 (103,8), e novamente caiu para 60,8 em 2022, permanecendo em declínio com 59,3 em 2023. Essa oscilação pode refletir mudanças metodológicas no registro de linhas, variações no uso de múltiplos chips, ou mesmo oscilações econômicas que afetam a manutenção de planos ativos. Apesar da queda recente, os níveis ainda estão próximos aos de Trairão, sinalizando uma convergência regional (Gráfico 20).





Já no estado do Pará, o indicador se manteve mais estável e em patamar superior ao observado no município e na RI. Em 2019, havia 79,6 linhas por 100 habitantes, subindo gradualmente até atingir 90 em 2023. Essa trajetória revela uma expansão contínua da cobertura e do uso da telefonia móvel, com maior estabilidade que nos demais níveis. Isso pode estar ligado à maior densidade populacional urbana e ao mercado consumidor mais consolidado em áreas metropolitanas, o que facilita a manutenção da infraestrutura e da competitividade entre operadoras (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 57 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

No município de Trairão, as despesas públicas per capita com cultura e gestão ambiental mantiveram-se relativamente estáveis entre 2019 e 2020, em torno de R\$ 48,6 por habitante. Em 2021, houve uma queda acentuada para R\$ 36,6, provavelmente devido a restrições orçamentárias impostas pela pandemia. Nos dois anos seguintes, entretanto, observa-se uma retomada progressiva, com o indicador atingindo R\$ 48,3 em 2022 e R\$ 55,0 em 2023 – o maior valor da série. Isso pode sinalizar uma priorização recente dessas áreas na agenda local ou recuperação de receitas municipais para investimentos sociais e ambientais (Gráfico 21).

Na Região de Integração do Tapajós, a evolução foi mais tímida e instável. As despesas iniciaram em R\$ 33,1 por habitante em 2019, caindo levemente para R\$ 32,5 em 2020 e mantendo esse nível em 2021. Em 2022, o valor sofreu queda expressiva para R\$ 21,1, sugerindo forte contenção de gastos. Em 2023, o indicador subiu para R\$ 47,1, evidenciando uma recuperação orçamentária importante, ainda que tardia. O ciclo mostra como a RI enfrentou dificuldades para sustentar investimentos nessas áreas durante a crise sanitária, com reação mais lenta que o município de Trairão (Gráfico 21).

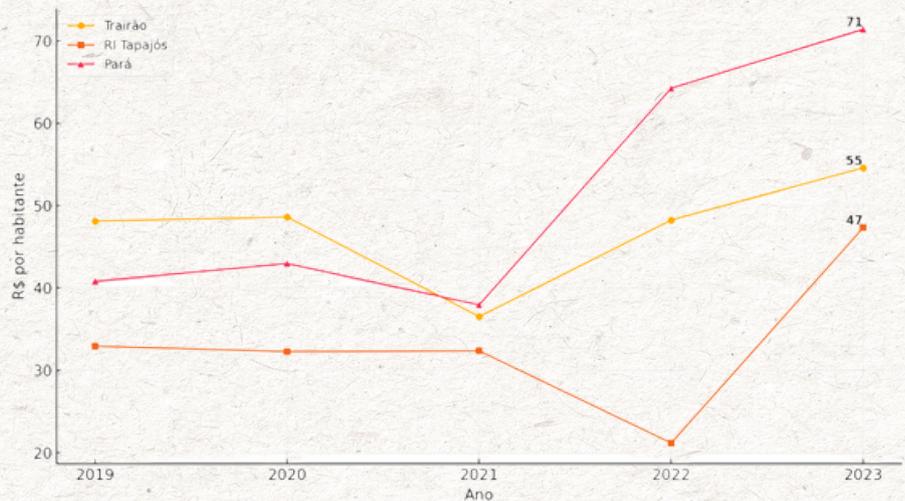
No estado do Pará, o indica-

dor também oscilou, mas apresentou crescimento mais vigoroso a partir de 2021. Em 2019, as despesas per capita eram de R\$ 40,8, subindo gradualmente até R\$ 42,9 em 2020. Em 2021, houve recuo para R\$ 37,5, mas a partir de 2022, registra-se crescimento expressivo: R\$ 64,4 em 2022 e R\$ 71,1 em 2023, o maior valor da série. Essa trajetória indica que o estado aumentou significativamente seus investimentos em cultura e meio ambiente, possivelmente impulsionado por políticas públicas de sustentabilidade e valorização da diversidade cultural no contexto do desenvolvimento regional (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 55/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: STN e IBGE.

ODS 12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

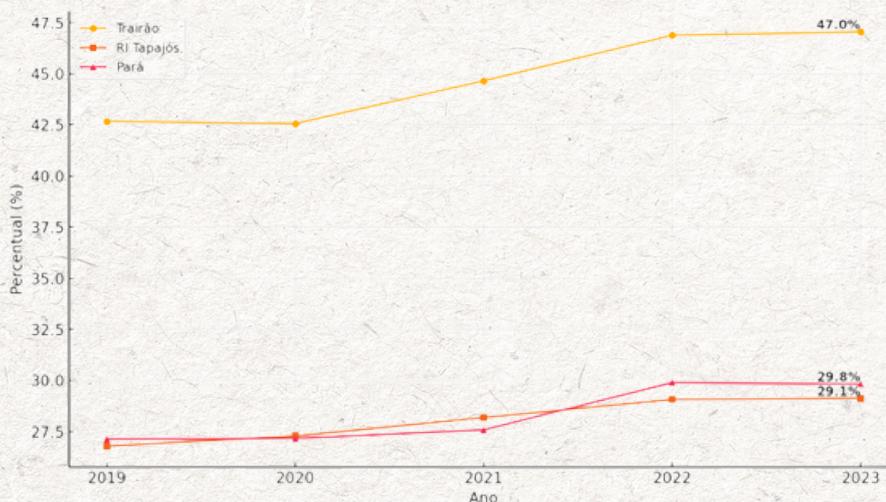
No município de Trairão, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo manteve-se elevado e em tendência crescente ao longo do período. Em 2019 e 2020, o valor era de 42,5%, passando para 44,6% em 2021 e chegando a 47,0% em 2022 e 2023. Esse crescimento indica ausência de cobertura adequada de serviços de coleta de lixo para populações mais vulneráveis, evidenciando uma grave lacuna na política de manejo de resíduos sólidos. A persistência dessa prática também está associada a impactos ambientais e à saúde pública, exigindo ações urgentes de inclusão sanitária (Gráfico 22).

Na Região de Integração do Tapajós, os dados mostram um crescimento moderado, porém contínuo, do indicador. Em 2019, 26,9% das pessoas de baixa renda queimavam ou enterravam lixo, número que sobe para 27,3% em 2020 e atinge 29,1% em 2023. Embora os percentuais sejam menores que os de Trairão, o crescimento revela que essa prática é comum em áreas rurais e periféricas da RI, onde a coleta pública não alcança toda a população. A evolução do indicador mostra que, mesmo com avanços urbanos, subsistem problemas estruturais no saneamento básico regional (Gráfico 22).

No estado do Pará, o compor-

tamento é semelhante ao da RI Tapajós, com aumento gradual ao longo do tempo. O percentual era de 27,1% em 2019, passando para 29,8% em 2022 e se mantendo nesse patamar em 2023. Apesar de o crescimento ser menos acentuado que no município, o valor ainda é preocupante, evidenciando a persistência de práticas inadequadas de destinação final de resíduos entre a população de baixa renda. O dado reforça a necessidade de políticas públicas articuladas entre os níveis estadual e municipal para garantir universalização dos serviços de limpeza urbana (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 47%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



População de Baixa Renda com fossa rudimentar

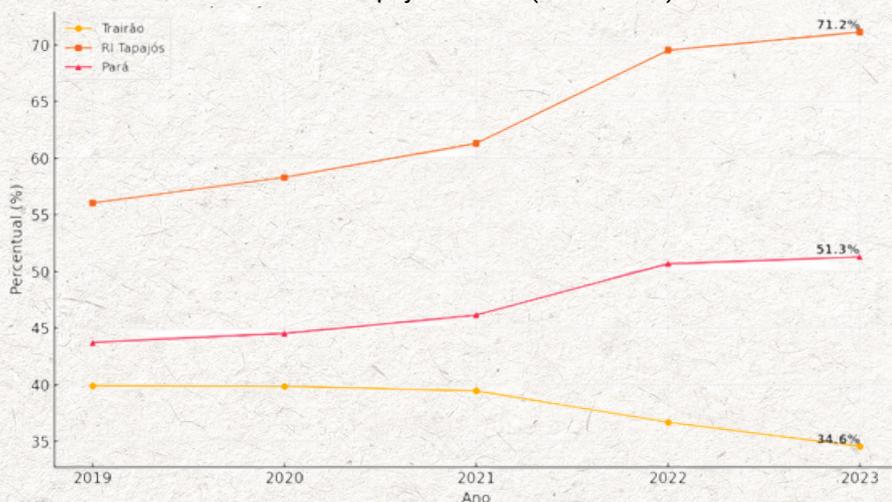
Em Trairão, o percentual da população de baixa renda que utiliza fossa rudimentar apresentou leve queda ao longo do período. Em 2019, 39,9% dessa população dependia dessa forma precária de esgotamento sanitário, caindo para 34,6% em 2023. Embora o número ainda seja elevado, a tendência de redução pode indicar avanços pontuais em políticas de saneamento ou substituição por sistemas alternativos. No entanto, a presença de fossas rudimentares continua sendo um forte indicativo da precariedade sanitária no município, com reflexos negativos diretos sobre a saúde pública (Gráfico 23).

Na Região de Integração do Tapajós, o cenário é oposto, com elevação expressiva do indicador. O percentual passou de 56,1% em 2019 para 71,2% em 2023, evidenciando o agravamento das condições sanitárias entre a população mais vulnerável. Essa tendência pode estar relacionada à ausência de expansão da rede de esgoto, ao crescimento populacional em áreas não atendidas e à falta de políticas públicas eficazes de infraestrutura básica. O dado é alarmante e demonstra retrocesso na universalização do acesso a esgotamento sanitário adequado na região (Gráfico 23).

Já no estado do Pará, o cres-

cimento também é visível, embora em menor escala. O percentual de pessoas de baixa renda com fossa rudimentar passou de 43,8% em 2019 para 51,3% em 2023. A elevação do indicador revela que, em nível estadual, os esforços para mitigar esse tipo de inadequação sanitária não foram suficientes para acompanhar a demanda. Isso ressalta a importância de direcionar investimentos estruturais em saneamento, priorizando populações em situação de pobreza, especialmente nas regiões interiores e nos municípios com baixa capacidade de financiamento (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que Ose refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 34,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres

No município de Trairão, os gastos per capita com prevenção de desastres apresentaram crescimento expressivo ao longo do período, partindo de R\$ 325 por habitante em 2019 para um pico de R\$ 753 em 2022. Esse aumento pode refletir maior atenção do poder público a riscos ambientais locais, como deslizamentos, enchentes ou queimadas. No entanto, em 2023, houve redução para R\$ 609, ainda acima dos níveis iniciais, indicando possível readequação orçamentária após um esforço mais intenso no ano anterior. A oscilação pode estar relacionada à variabilidade de repasses, execução de proje-

tos pontuais ou resposta a eventos específicos (Gráfico 24).

Na Região de Integração do Tapajós, o indicador mostrou maior estabilidade, com valores que oscilaram entre R\$ 265 e R\$ 426 no período analisado. Após o salto entre 2019 e 2020, quando os gastos passaram de R\$ 265 para R\$ 421, os valores permaneceram praticamente constantes até 2021. Em 2022, observou-se queda para R\$ 343, seguida de leve recuperação para R\$ 376 em 2023. Isso sugere um padrão de alocação mais conservador e menos sensível a variações bruscas,



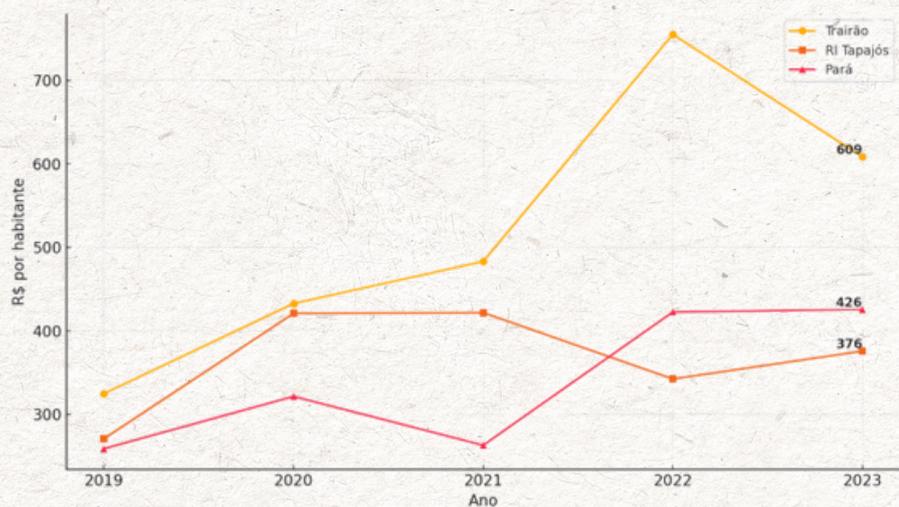


embora ainda possa indicar limitações de capacidade técnica ou financeira para ações contínuas e estruturais na área de prevenção (Gráfico 24).

No estado do Pará, os gastos também oscilaram ao longo dos anos. Em 2019, o valor era de R\$ 260, subindo para R\$ 322 em 2020, mas com recuo em 2021 para R\$ 261 – praticamente retornando ao nível inicial. A partir de 2022, houve uma nova elevação mais consistente, atingin-

do R\$ 426 em 2023. Esse crescimento pode sinalizar maior institucionalização de políticas públicas de prevenção, possivelmente em resposta à intensificação dos eventos climáticos extremos. Ainda assim, os valores estaduais ficaram abaixo dos observados em Trairão nos anos mais recentes, o que destaca o protagonismo do município nesse campo (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 609/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Em Trairão, a despesa pública per capita com preservação aquática variou de forma moderada entre 2019 e 2023. O valor iniciou em R\$ 35 em 2019, subiu para R\$ 44 em 2021, mas caiu para R\$ 24 em 2022 e encerrou o período em R\$ 27. Essa trajetória indica que os investimentos nessa área não foram lineares nem priorizados consistentemente, o que pode prejudicar a conservação de corpos hídricos e a gestão de recursos naturais essenciais, especialmente em áreas com forte dependência de rios e nascentes para abastecimento e transporte (Gráfico 25).

Na Região de Integração do Tapajós, os níveis de investimento foram consistentemente baixos ao longo do período, variando entre R\$ 22 e R\$ 36 por habitante. A série mostra leve oscilação sem tendência clara de crescimento ou redução sistemática. A ausência de avanços consistentes pode estar relacionada à baixa institucionalização de políticas específicas para a preservação aquática ou à concentração de recursos em outras áreas ambientais.

A estagnação do indicador levanta preocupações sobre a sustentabilidade hídrica regional, considerando a relevância dos ecossistemas aquáticos na RI Tapajós (Gráfico 25).

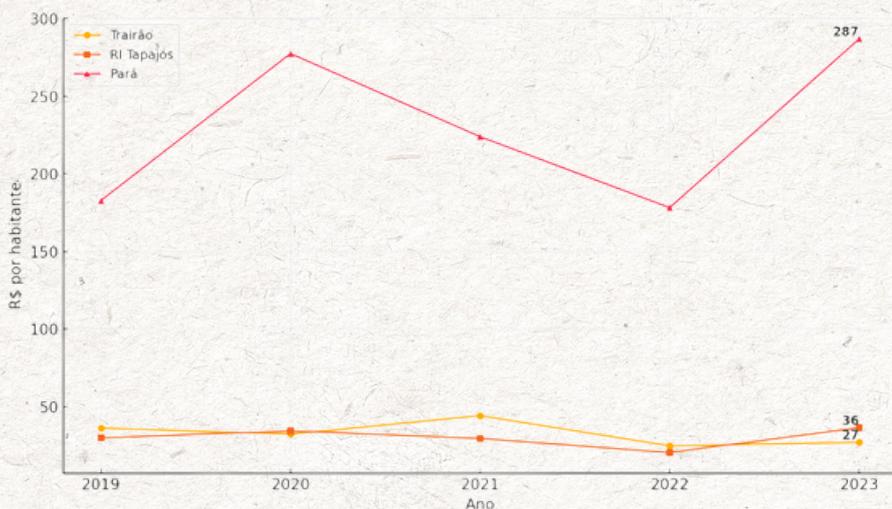
O estado do Pará, por outro lado, apresentou valores significativamente mais altos, iniciando em R\$ 184 em 2019, atingindo um pico de R\$ 276 em 2020 e fechando em R\$ 287 em 2023. Apesar da queda observada em 2021 e 2022, o estado demonstra maior capacidade e prioridade em ações





voltadas à preservação dos recursos hídricos. Isso pode refletir a execução de programas estaduais voltados à proteção de bacias hidrográficas, reflorestamento de margens de rios ou controle da poluição hídrica. O contraste entre os níveis estadual e local evidencia desigualdades na capacidade de investimento e reforça a necessidade de apoio técnico e financeiro aos municípios (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 27/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

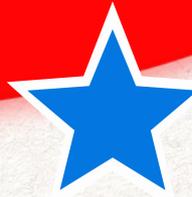
Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

No município de Trairão, observa-se uma leve, mas constante, redução da cobertura florestal entre 2019 e 2022, passando de 85,9% para 83,1% da área total. Essa tendência aponta para pressões contínuas sobre os recursos florestais, possivelmente associadas à expansão agropecuária, extração madeireira ou ocupações irregulares. Em 2023, o percentual manteve-se estável, sugerindo uma possível desaceleração no ritmo de perda, embora ainda em patamar inferior ao início da série histórica (Gráfico 26).

Na Região de Integração do Tapajós, o comportamento foi semelhante, com queda de 83,8% em 2019 para 79,4% em 2022, seguida de uma recuperação parcial em 2023, com o indicador subindo para 81,9%.

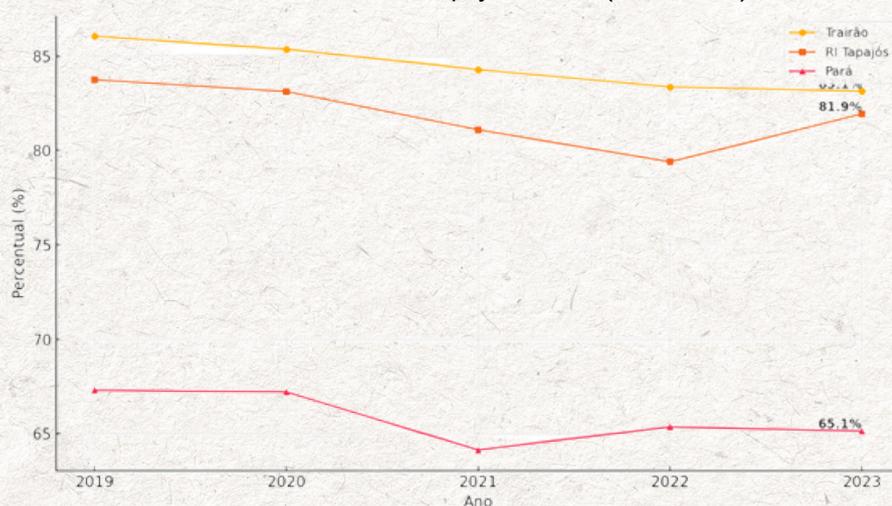
A retomada pode indicar a atuação de políticas de controle ambiental ou iniciativas de recomposição florestal. Ainda assim, a tendência predominante é de declínio ao longo do período, reforçando a fragilidade ambiental da região



frente às dinâmicas de desmatamento e uso do solo (Gráfico 26).

O estado do Pará apresentou comportamento mais estável, mas também com perdas florestais moderadas. Entre 2019 e 2021, o percentual de área de floresta caiu de 67,3% para 63,7%, evidenciando impacto ambiental acumulado. Nos anos seguintes, houve leve recuperação para 65,1% em 2023, o que pode refletir ações de conservação, unidades de proteção ambiental ou diminuição temporária da pressão sobre o território. Apesar da estabilidade relativa, os dados reforçam a necessidade de monitoramento contínuo para reverter a trajetória histórica de degradação (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 83,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

O município de Trairão apresentou aumento gradual no percentual da área desmatada, partindo de 13,1% em 2019 até alcançar 16,0% em 2022 e mantendo esse nível em 2023. Esse crescimento consistente evidencia a persistência de processos de conversão de cobertura florestal para usos econômicos, especialmente agricultura e pecuária extensiva. A estabilização em 2023 pode indicar o início de um controle mais efetivo, embora o patamar elevado sinalize riscos para a sustentabilidade ecológica e climática local (Gráfico 27).

Na Região de Integração do Tapajós, a evolução do indicador foi mais acentuada, com crescimento de 10,0% em 2019 para 15,9% em 2022, seguido de uma queda expressiva para 12,0% em 2023.

A forte redução recente sugere impactos de medidas de fiscalização ambiental ou mudanças conjunturais que afetaram a dinâmica de desmatamento. Ainda assim, o salto anterior revela que a região está sujeita a picos de pressão desmatadora, o que exige estratégias estruturadas de governança territorial e proteção florestal (Gráfico 27).

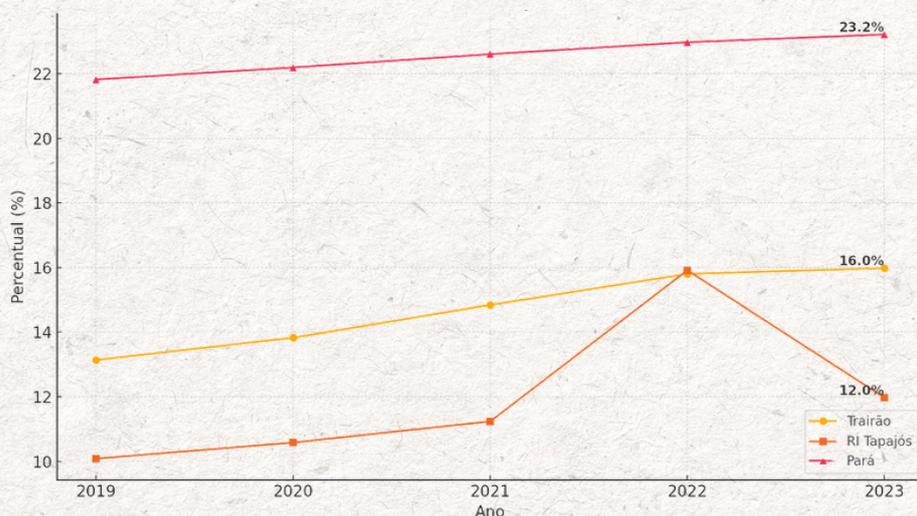
Em nível estadual, o Pará apresenta um quadro preocupante de crescimento contínuo da área desmatada, passando de 21,8% em 2019 para 23,2% em 2023. Essa tendência indica um descompasso entre as políticas ambientais e a efetiva contenção das perdas florestais. O alto percentual estadual também revela que o desmatamento não está concentrado apenas em regiões específicas, mas é um fenômeno

difuso em grande parte do território paraense.

Essa realidade reforça a urgência de ações coordenadas entre os níveis municipal, regional e estadual, com foco na promoção de atividades econômicas sustentáveis e no fortalecimento da fiscalização (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

No município de Trairão, o indicador de trabalho infantil apresentou uma redução expressiva ao longo do período. Em 2019, a taxa era extremamente alta, com 164 casos por 100 mil habitantes, e caiu sucessivamente até atingir 32 casos em 2023. A queda de mais de 80% em cinco anos sinaliza avanços importantes nas políticas de proteção à infância, acesso à educação e ações de fiscalização. Essa trajetória positiva pode refletir o impacto de programas sociais, campanhas de conscientização e maior presença do Estado na garantia dos direitos

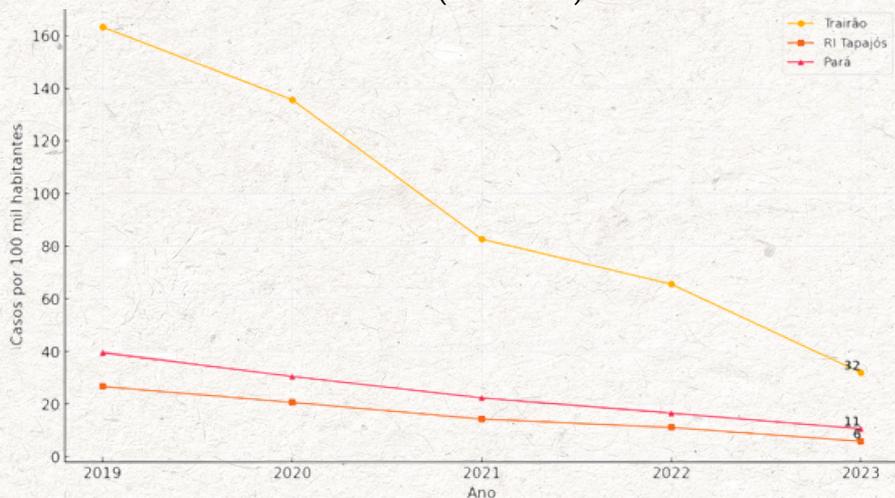
das crianças (Gráfico 28).

Na Região de Integração do Tapajós, também se observou um declínio consistente no trabalho infantil. O indicador caiu de 27 em 2019 para 11 em 2023, o que representa uma redução de aproximadamente 60%. A queda reflete um esforço regional relevante, embora os níveis ainda indiquem a presença do fenômeno. A tendência de queda contínua demonstra alinhamento com os objetivos de erradicação do trabalho infantil estabelecidos nas políticas nacionais e internacionais de direitos humanos (Gráfico 28).



O estado do Pará seguiu a mesma tendência de queda, partindo de 39 casos por 100 mil habitantes em 2019 e chegando a 6 em 2023. O resultado mostra que o trabalho infantil tem sido progressivamente combatido em todo o estado, com resultados ainda mais expressivos que os observados no município e na região. O desempenho estadual pode estar atrelado à atuação de redes de proteção interinstitucionais, fortalecimento de conselhos tutelares e ampliação de programas educacionais e de transferência de renda para famílias em situação de vulnerabilidade (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 32 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

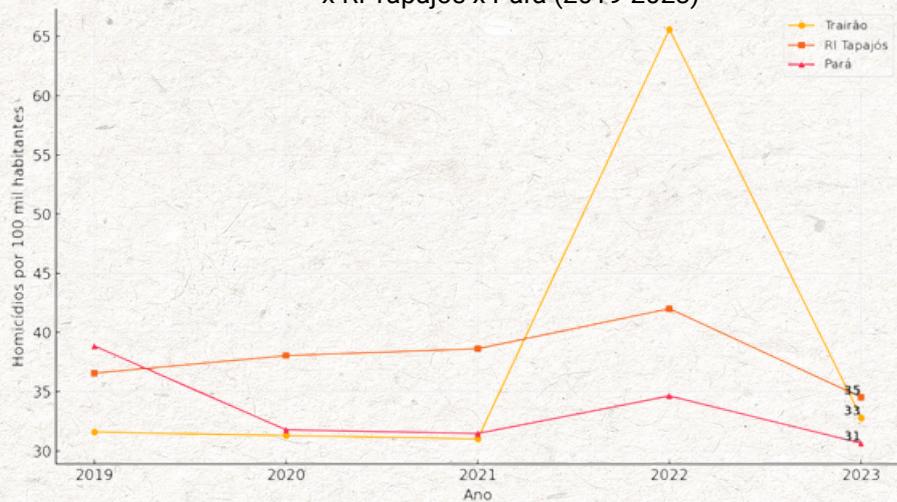
Em Trairão, a taxa de homicídios manteve-se relativamente estável entre 2019 e 2021, com valores próximos a 31 homicídios por 100 mil habitantes. No entanto, em 2022 ocorreu um pico abrupto, atingindo 65,6, o dobro da média anterior. Esse salto pode estar associado a eventos pontuais, conflitos fundiários, expansão do narcotráfico ou falhas na segurança pública. Em 2023, a taxa voltou a cair para 33, demonstrando um retorno ao patamar anterior e possivelmente resultado de ações corretivas no sistema de segurança e justiça criminal local (Gráfico 29). Na Região de Integração do

Tapajós, o comportamento foi relativamente estável, com variações suaves. A taxa partiu de 36,4 em 2019, alcançando um pico de 42,1 em 2022 e caindo para 33,1 em 2023. Apesar das flutuações, os dados indicam que a região vive um cenário de violência letal relativamente persistente, exigindo políticas públicas mais estruturadas de prevenção à criminalidade, mediação de conflitos e fortalecimento comunitário. A queda mais recente é positiva, mas não configura ainda uma tendência consolidada (Gráfico 29). No estado do Pará, o indicador também apresentou oscilação.

A taxa de homicídios era de 39,0 em 2019, caiu para 31,0 em 2023, com uma leve elevação em 2022. O declínio ao longo do período é relevante, apontando para um leve avanço na segurança pública em escala estadual. Ainda assim, os valores permanecem altos em comparação a médias nacionais, e o comportamento do indicador sugere que a violência homicida ainda constitui um desafio significativo no estado, especialmente em regiões de fronteira agrícola, áreas rurais e periferias urbanas (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 33 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Trairão apresentou um crescimento contínuo e expressivo no indicador de gasto público municipal como percentual do PIB, passando de 17,4% em 2018 para 24,9% em 2022. Esse aumento pode estar associado tanto ao crescimento das despesas públicas quanto à relativa estagnação ou desaceleração do PIB municipal, o que amplia a participação proporcional dos gastos públicos na economia local. Essa tendência pode refletir um esforço do município em ampliar investimentos em políticas públicas, especialmente após o impacto da pandemia de COVID-19, que demandou maior atuação do setor público (Gráfico 30).

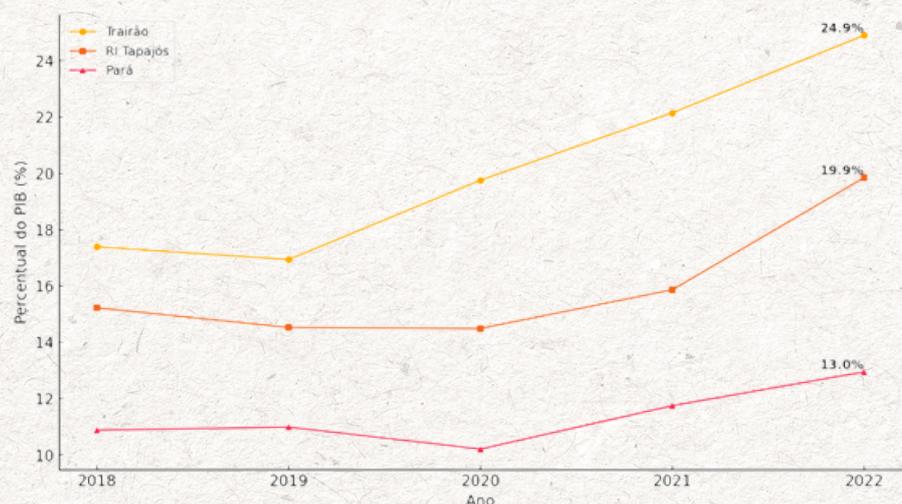
Na Região de Integração do Tapajós, o comportamento do indicador foi mais moderado, mas ainda assim crescente nos últimos anos da série. Após um recuo de 15,3% em 2018 para 14,5% em 2019 e 2020, observou-se um crescimento até 19,9% em 2022. A retomada gradual pode estar ligada a reestruturações fiscais pós-pandemia, aumento de transferências intergovernamentais ou expansão de investimentos regionais. Ainda que em ritmo inferior ao de Trairão, o aumento indica uma tendência regional de intensificação da presença do poder público na economia (Gráfico 30).

Já no estado do Pará, os percentuais de gasto público em relação ao PIB permaneceram

os menores entre os três níveis analisados. A trajetória estadual foi mais estável e contida, variando de 11,0% em 2018 para 13,0% em 2022. Isso reflete a maior diversificação e escala da economia paraense, onde o PIB é fortemente influenciado por setores privados, especialmente mineração, o que dilui o peso relativo dos gastos públicos. Ainda assim, o leve crescimento observado nos últimos anos indica uma ampliação da capacidade de gasto ou de atuação fiscal do estado, o que pode estar relacionado a políticas de recuperação econômica e expansão dos serviços públicos (Gráfico 30).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 24,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Trairão x RI Tapajós x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.



Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, o município de Trairão apresentou avanços modestos, porém consistentes, na taxa de acesso à banda larga fixa, passando de praticamente 0 pontos por 100 habitantes em 2019 e 2020 para 1,8 em 2023. O crescimento, embora tardio, indica uma lenta inserção da infraestrutura de conectividade no território, possivelmente impulsionada por investimentos públicos e privados recentes. Ainda assim, o patamar extremamente baixo sugere que grande parte da população ainda não tem acesso regular à internet fixa, o que representa um entrave ao desenvolvimento educacional, produtivo e institucional local (Gráfico 31).

Na Região de Integração do

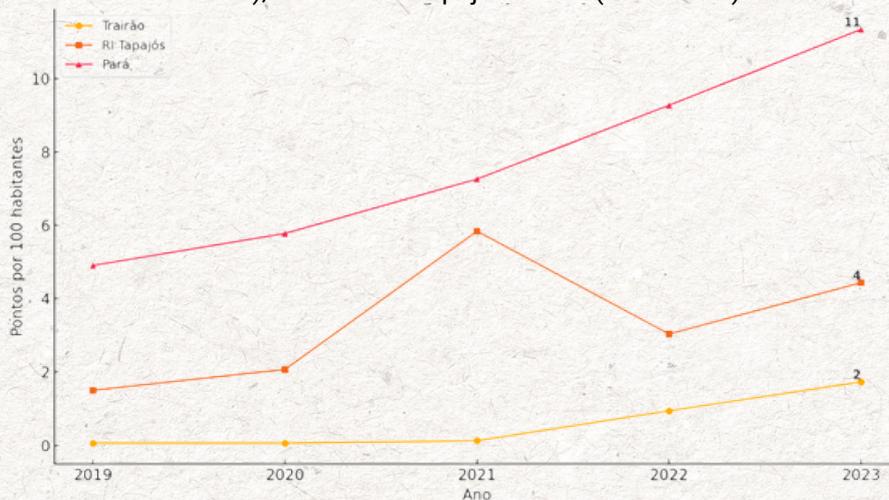
Tapajós, observa-se um crescimento mais acentuado entre 2019 e 2021, com um salto de 1,5 para 5,8 pontos por 100 habitantes. No entanto, houve uma retração em 2022, chegando a 3,0, seguida de leve recuperação para 4,1 em 2023. Essa oscilação pode refletir mudanças no mercado de telecomunicações, dificuldades de manutenção da infraestrutura em áreas remotas ou mesmo reclassificações metodológicas. Apesar disso, os dados indicam um esforço regional maior que o observado no município de Trairão, revelando um cenário de acesso ainda desigual dentro da própria região (Gráfico 31).

No estado do Pará, o indicador apresentou crescimento

contínuo e mais robusto, saindo de 4,9 pontos em 2019 e atingindo 11 pontos por 100 habitantes em 2023. Essa tendência reflete uma expansão gradual da infraestrutura de conectividade em áreas urbanas e periurbanas, impulsionada por políticas estaduais, parcerias com operadoras e programas federais de inclusão digital. Mesmo com avanços, o indicador ainda revela uma conectividade limitada em comparação a médias nacionais, especialmente em municípios do interior como Trairão, o que reforça a urgência de investimentos para reduzir a exclusão digital e garantir acesso equitativo às tecnologias de informação (Gráfico 31).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Trairão x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



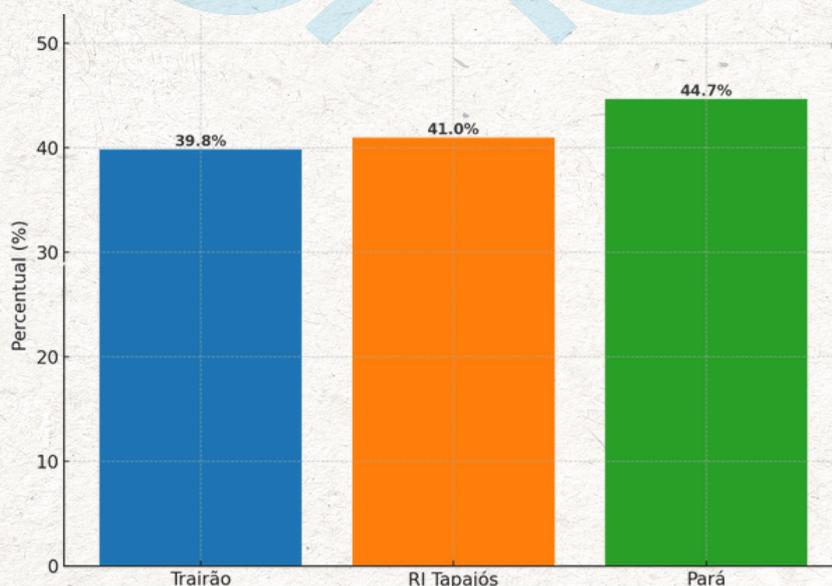
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Trairão** registrou um IDS de **39,8%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Trairão x RI Tapajós x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.

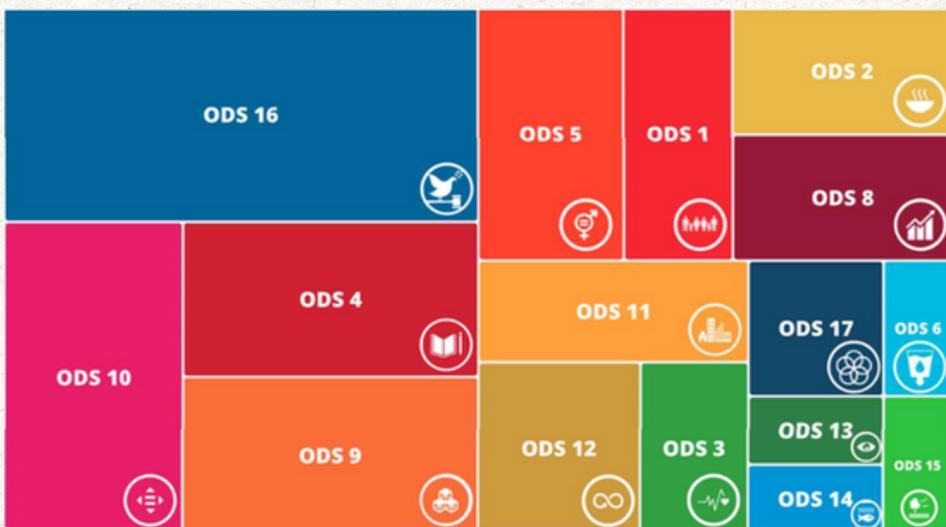


Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

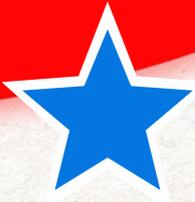
Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

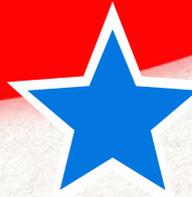
Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).

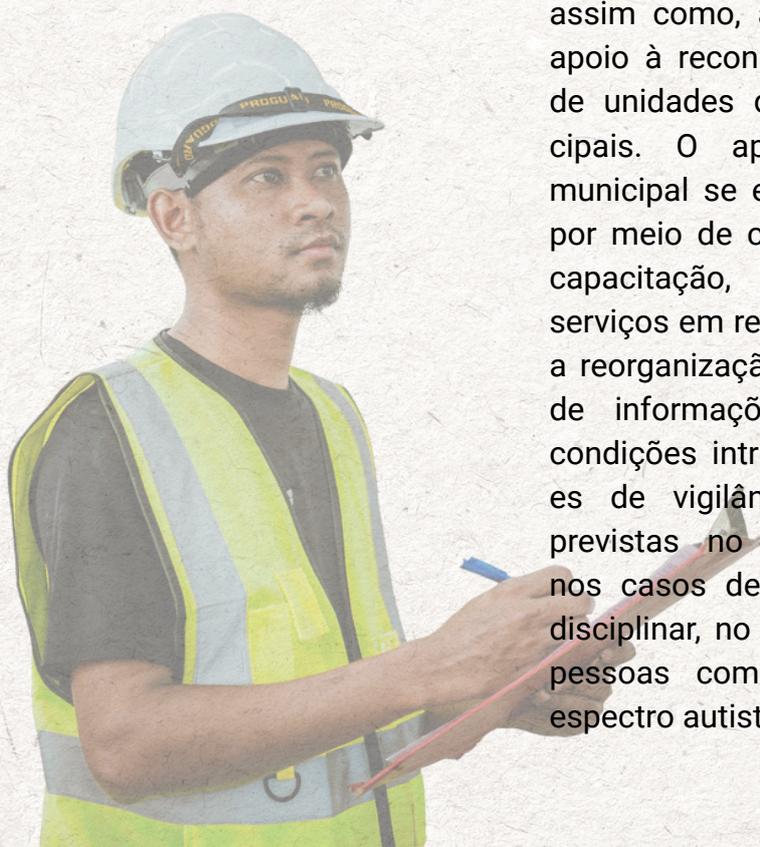


Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multissetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Trairão na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioproductiva e impactos ambientais.

Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.





Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

